

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR

CURSO: SERVIÇO SOCIAL

SARAH CASTRO DA SILVA GOMES

**O TRABALHO INFANTIL E SUA PERSISTÊNCIA NA CENA
CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR SOBRE A LEGITIMAÇÃO PELA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Itaperuna

2021

SARAH CASTRO DA SILVA GOMES

**O TRABALHO INFANTIL E SUA PERSISTÊNCIA NA CENA
CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR SOBRE A LEGITIMAÇÃO
PELA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Monografia apresentada à
UniRedentor como parte dos
requisitos para a obtenção do
título de bacharel em Serviço
Social

Orientador(a): Ricardo William Guimarães Machado

Itaperuna

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Sarah Castro da Silva Gomes

Título: O TRABALHO INFANTIL E SUA PERSISTÊNCIA NA CENA CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR SOBRE A LEGITIMAÇÃO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Título de Bacharel em Serviço Social

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof, Me. Ricardo William Guimarães Machado

Orientador/a

UniRedentor

Prof^a. Me, Jaqueline de Melo Barros

Membro avaliador interno

UniRedentor

Prof. Dr. Cacildo Teixeira de Carvalho Neto

Membro avaliador externo

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

DEDICATÓRIA

A minha amada Regina, sua vida é minha inspiração.

Ao meu amado Cláudio, que sempre acreditou em mim.

A minha amada Myriã, para mostrar que seus sonhos são possíveis!

AGRADECIMENTOS

Ao meu Salvador, Jesus Cristo, que me deu cada palavra, me ensinou o valor do esforço, da luta, da dedicação e promoveu aprendizados durante todo o caminho, me mostrando que eu era capaz mesmo quando desacreditada chorava até dormir e não vislumbrava o fim desse processo árduo.

A minha mãe, Regina Castro, que me deu a inspiração para o tema, que me manteve segura e calma, que me incentivou e acreditou em mim, que me privou de perturbações enquanto virava noite e dia no quarto para conceber essa obra.

Aos meus amigos, Mariana, Max e Geysa, que me deram todo apoio e compreensão, que entenderam minhas ausências e oraram por mim para que tudo desse certo. Vocês são um reflexo do amor de Deus por mim.

Ao meu amado Lucas Viana que suportou minhas crises, riu comigo, chorou comigo e, por estar no mesmo processo laboral, fazia inúmeras chamadas para trocar experiências. Seu apoio foi fundamental!

Ao meu pai Cláudio Vicente, que aguardava ansiosamente o fim desse processo e orava por mim em constância.

A minha tia Nilza Castro, que me conta histórias divertidas, tem um amor que me constrange e um carinho extraordinário por mim.

Ao meu querido orientador Ricardo, que suportou meus surtos e ansiedades, mas mesmo assim se manteve firme, me trazendo para a realidade e me apontando direções, tudo para que fosse possível estar escrevendo agradecimentos hoje. Você é alguém ímpar, sonhador, estimulante e divertido, foi um prazer imenso ser orientada por você!

As minhas amadas docentes. Suas vidas e palavras vivificaram minha caminhada, os seus incentivos e credibilidade pavimentaram o lugar por onde eu caminhei durante todo esse percurso. A colaboração de vocês na minha formação foi inestimável e muito além das salas de aula, nem mesmo quando impedidos de estar de corpo presente, deixaram de me ofertar o seu melhor, sempre dedicados a extrair as minhas melhores qualidades e habilidades. Sendo assim gostaria de agradecer às minhas queridas Thiara Mourão, Maria Luiza Carvalhido e Natália Soares, observá-las é vislumbrar a vivência de mulheres extraordinárias que mudaram de maneira significativa a minha vida. Obrigado!

E um obrigado especial a você, minha estimada Thiara Mourão, suas palavras duras e confrontantes me tiraram da minha zona de conforto e me obrigaram a crescer, você me fez permanecer na academia quando tinha certeza que era o momento de me retirar, porém

com suas palavras de conforto e humanidade você sinalizou caminhos possíveis e confiou que eu seria capaz, por isso sou grata de todo o meu coração, a sua vida impacta a minha até os dias de hoje. Obrigado por ter sido minha professora, mentora, disciplinadora, incentivadora e uma ferramenta propulsora para os meus sonhos. Você é luz!

“É muito triste, é muito cedo, é muito covarde cortar infâncias pela metade. Para ser um adulto sem tumulto não existe atalho, em resumo, crianças não têm trabalho”

Emicida e Drika Barbosa - Sementes

RESUMO

Este trabalho traz um olhar sobre o trabalho infantil no Brasil evidenciando sua persistência na cena contemporânea do país, com o objetivo de responder as questões levantadas por intermédio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. O trabalho visa expor os caminhos percorridos pelo problema, desde a reestruturação produtiva, trazida pelo neoliberalismo, que altera as configurações do mundo do trabalho, até o ideário popular a respeito da questão, observando também como funciona o ciclo ideológico gerido por um pensamento de educação pelo labor. Através de uma reflexão crítica sobre os principais pontos que alimentam tal fenômeno no Brasil é possível chegar à conclusão que tal persistência se alicerça nas reconfigurações estruturais produtivas do capital, que gera o desemprego e flexibilização das leis trabalhistas, numa cultura de dignificação e ensino através do trabalho e, no entendimento cultural por parte da juventude da liberdade financeira e superação da pobreza pela atividade laboral.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Mundo do trabalho; Neoliberalismo; Ideologia

ABSTRACT

This article takes a look at child labor in Brazil, showing its persistence in the contemporary scene of the country, in order to answer the questions raised through a qualitative bibliographic research. The work aims to expose the paths taken by the problem, from the productive restructuring brought about by neoliberalism, which alters the configurations of the world of work, to the popular ideas about the issue, also observing how the ideological cycle managed by an educational thought works by labor. Through a critical reflection on the main points that fuel this phenomenon in Brazil, it is possible to reach the conclusion that such persistence is based on the structural productive reconfigurations of capital, which generates unemployment and flexibility of labor laws, in a culture of dignification and teaching through work and, in the cultural understanding by the youth of financial freedom and the overcoming of poverty by labor activity.

Keywords: Child labor; World of work; Neoliberalism; Ideology

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos	10
1.2	Metodologia	11
1.3	Justificativa	11
1.4	Problemática	12
1.5	Estrutura do Trabalho	12
2	TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: DADOS E HISTÓRIA	13
2.1	A história brasileira pelo olhar da Infância	13
2.2	Trabalho e política econômica na contemporaneidade	17
2.3	Trabalho Infantil: uma expressão da questão social	22
3	NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IDEOLOGIA MORALIZANTE	29
3.1	Metodologia executada	29
3.2	Alterações do mundo do trabalho sobre o trabalho precoce de crianças e adolescentes	30
3.3	O ciclo da exploração: os fundamentos e a legitimação	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil não é uma pauta de debates e estudos recentes no Brasil, porém ainda é constante e visível a ocupação laboral de crianças e adolescentes espalhados pelo território nacional. Mesmo que os números de crianças e adolescentes trabalhando estejam diminuindo a cada censo, outros problemas têm sido percebidos, como a invisibilidade de certos trabalhos e a precarização do mundo do trabalho, que empurra cada vez mais essas crianças para esse lugar de exploração. (LOURENÇO, 2014)

Parte-se da suposição que a reatualização da compreensão do trabalho infantil ser visto socialmente como algo aceitável e positivo atribui-se ao fato do aprofundamento da questão social brasileira, pobreza extrema e da ideologia moralizante da educação pelo labor, que fazem parte hoje do cotidiano das famílias mais carentes. Entende-se claramente que famílias mais abastadas não se utilizam de subterfúgios como trabalho infantil para complementação de sua renda, nem precisam, porém famílias menos abastadas (que são as mais afetadas com a crise estrutural do capital) tendem a ver no trabalho infantil um caminho para fugir da fome, instruir os filhos numa profissão e na disciplina do trabalho e superar suas condições materiais. (MARCHI, 2013) O aprofundamento da questão social brasileira, impulsionada por um capitalismo financeiro vigente, que traz consigo um pensamento de estado mínimo e flexibilização de direitos, incluindo os trabalhistas, faz com que mais pessoas se encontrem sem emprego e recorrendo a informalidades.

Nesse contexto o trabalho infantil se apresenta cada vez mais claramente, com o aumento da informalidade e da precarização dos espaços laborais, crianças e adolescentes se tornaram mais necessários para o trabalho, com o fim de ajudar na complementação da renda familiar. Esses fatores aliados ao pensamento burguês hegemônico meritocrático, moldam uma sociedade que acha digno o filho do proletariado trabalhar, para a formação de seu caráter, alimentando o discurso que endossa o lugar do pobre na servidão.

1.1 Objetivos

Esse trabalho tem como objetivo, de maneira expositiva, discutir as raízes do trabalho infantil no Brasil, juntamente com suas expressões e ramificações, trazendo à tona discussões pertinentes ao entendimento desse fato na sociedade brasileira. Expor como o trabalho infantil se fundamenta e se legitima na sociedade brasileira.

1.2 Metodologia

Para a realização dessas etapas foram utilizados materiais bibliográficos levantados com base no tema de pesquisa para melhor destrinchar o assunto. De acordo com Boccato (2006) a pesquisa bibliográfica nada mais é do que o levantamento de materiais científicos publicados que irão conversar entre si, a partir disso se podem ter visões diferentes de um mesmo assunto abordado, trazendo luz ao tema através de conhecimentos já produzidos anteriormente.

1.3 Justificativa

Os debates atuais sobre o trabalho infantil expõem um avanço no que tange a aceitação cultural, tem se observado, principalmente em redes sociais, posicionamentos populares que afirmam a beneficência do trabalho infantil, o que chamou a atenção da pesquisadora. Tal efeito foi se demonstrando através de pesquisas mais recentes que evidenciam que houve uma desaceleração na diminuição dos números de trabalho infantil registrados no Brasil. De acordo com Lourenço (2014), “Em 2013, havia 506 mil crianças na faixa etária de 5 a 13 anos trabalhando. Em 2014, esse número foi para 554 mil. Nesta faixa etária, o aumento foi de 9,3%. Se se considerar a faixa etária dos 5 a 15 anos, o aumento foi de 63 mil para 104 mil em 2014.”.

Já no ano de 2016, segundo Lima (2019) o IBGE excluiu do PNAD a categoria de crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo e trabalho doméstico, e isso trouxe um simulacro sobre o trabalho infantil como se houvesse a intencionalidade de esconder números, isso demonstra que o debate sobre o tema ainda não findou, na verdade surge em um momento de flexibilização de direitos e garantias, onde os mesmos são contestados.

Frente a essa realidade alarmante, vê-se a necessidade de explorar o debate e levá-lo para o nível da crença popular brasileira, com o fim de tentar elucidar de maneira mais simplista as motivações e os impulsos que levaram a essa consolidação ideológica. Com base em experiências particulares da família da autora, onde seus semelhantes passaram suas infâncias em canaviais e cozinhas de pessoas mais abastadas, não tendo direito a desfrutar de sua pureza e juventude, a mesma se inspirou a debater a temática, procurando entender, através de levantamentos científicos, a discrepância entre a vivência de seus familiares e dos filhos de seus padrões.

Por isso a relevância deste tema, é um tentame de esclarecimento para tal fenômeno que acomete milhares de famílias no Brasil que, apesar de seus esforços na tentativa de erradicação

do trabalho infantil, essa realidade ainda persiste, tirando de inúmeras crianças o direito a infância, mostrando dessa forma que ainda há muito a ser feito.

1.4 Problemática

A questão norteadora utilizada para guiar o trabalho é voltada para o tentame de conceber os fatores que alicerçam e legitimam o trabalho infantil no Brasil na cena contemporânea

1.5 Estrutura do trabalho

O segundo capítulo trará, no esmiuçar da revisão bibliográfica, o conceito de neoliberalismo, mundo do trabalho e trabalho infantil e como esses três âmbitos se interligam no exercer cotidiano da vida em sociedade. Evidenciando de maneira clara suas ligações e as completudes que ocorrem entre si, demonstrando a reação em cadeia que esses três fatores trazem para a realidade. Já o terceiro capítulo irá trazer uma visão a respeito do trabalho infantil como uma consequência de relações econômicas de produção e uma ideologia moralizante de educação pelo labor.

2 TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: DADOS E HISTÓRIA

2.1 A história brasileira pelo olhar da Infância

Ao falar da história do Brasil Azevedo e Sarat (2015) afirmam que temos poucos ou nenhum relato sobre a presença de crianças na colônia. Há uma profusão de arquivos sobre aquela época devido à troca de cartas entre os que aqui estavam, na futura colônia, e Portugal, porém há poucos relatos sobre crianças e como as mesmas viviam. Sobre isso Paganini (2008) relata como as crianças não eram protegidas, ao contrário, sofriam toda forma de abuso possível nas embarcações a caminho do novo mundo.

Segundo Paganini (2008), grumetes e pajens, que eram crianças portuguesas, realizavam trabalhos braçais (os primeiros de maneira mais árdua que os segundos) sendo submetidos a tratamentos desumanos e sendo reduzidos a meros objetos, não tendo direito a, nem mesmo, uma alimentação adequada. Ou seja, ainda segundo a autora, havia uma legitimação por parte da sociedade portuguesa ao trabalho infantil, o que diz muito sobre a formação do país que se seguiu contínua.

Segundo Azevedo e Sarat (2015) a vivência portuguesa no Brasil nos primeiros anos foi marcada por um forte senso de “salvação”, por parte dos jesuítas, dos indígenas que aqui estavam, tentando impor-lhes uma nova cultura, costumes e um novo Deus. Para isso os jesuítas utilizavam as crianças nativas as ensinando a palavra de Deus através de, até mesmo, castigos físicos. Ao olharem para as crianças nativas viam nelas a oportunidade de um catecismo menos resistente por não terem “maus costumes” alicerçados há tempos.

Neste contexto, costumes e cultura das crianças nativas não foram observados, mas sim demonizados e excluídos tentando transformá-las na imagem europeia do menino Jesus. Porém, essas investidas não foram bem aceitas pelos indígenas, como afirmam Azevedo e Sarat (2015), que lutaram e resistiram bravamente ao apagamento de sua cultura. A relação entre nativos e portugueses foi marcada por tensões e lutas que influenciavam diretamente na relação adulto-criança da época.

As crianças indígenas foram “adestradas” e inseridas como estratégia no plano de colonização da terra, onde através delas os adultos nativos aceitariam a palavra de Deus com mais facilidade, assim como a cultura e o rei. Baseado nisso os padres jesuítas adotaram uma postura educadora e assistencialista que fundada nos moldes europeus, visava instruir tanto crianças nativas, quanto portuguesas que ali estavam, porém, não demorou muito até que houvesse distinção entre crianças abastadas e pobres (MELO, 2020).

Ainda sobre a colônia não podemos deixar de sinalizar a presença de crianças escravizadas trazidas com os navios negreiros. Segundo Ostetto (1991) essas crianças eram dadas a garotos brancos para fins de divertimento e brincadeiras. Os meninos negros eram utilizados como companhia para crianças brancas da casa grande, nessa relação a criança negra era vista somente como algo a ser manipulado, pisado e espezinhado. Desde a infância a criança branca foi ensinada a tratar o negro como algo que o mesmo tinha para o servir.

Nesse ritmo a educação fornecida na colônia era praticamente para crianças moradoras da Casa Grande e as crianças nativas, para fins de colonização, dessa forma a criança negra, por mais que se assemelhasse fisicamente da criança branca, passava longe de ser reconhecida como um igual, digno de respeito e visto como um ser humano (OSTETTO; 1991).

A partir da chegada dos portugueses o que nasceu no Brasil foi a noção de uma família patriarcal, como narra Ostetto (1991), a relação criança-adulto fora se transformando e assumindo novas formas em acompanhamento da sociedade que sempre se transformava. As famílias que aqui se formavam traziam em sua bagagem costumes portugueses que iam se misturando às pessoas que no país habitavam e ao clima que existia, com isso trazendo formas únicas de desenvolvimento relacional familiar.

De acordo com Azevedo e Sarat (2015, p. 24)

Os expostos, ou crianças expostas, eram provenientes das rodas dos expostos, mecanismo criado em Roma no século XIII, que permitia as mães abandonarem seus filhos de forma anônima, normalmente crianças pobres, escravas ou crianças nascidas de relacionamentos ilícitos entre um membro da classe abastada com criadas ou escravas.

Sendo assim as Santas Casas de Misericórdia assumiram um papel fundamental no que se trata de assistência infantil, trazendo assim a atenção da sociedade ao tratamento que era dado às crianças coloniais. Segundo Melo (2020) a roda dos expostos evidenciou a ilegitimidade, a falta de recursos financeiros por parte das famílias e controle de natalidade durante um longo período na história do Brasil, por mais que ao colocar seus filhos sob o cuidado dessas instituições fosse uma saída para as famílias, nem de longe era uma saída para as crianças que ainda sofriam toda forma de abuso e morte.

Paganini (2008) afirma que as instituições que recebiam crianças enjeitadas na época, exploravam a mão de obra de crianças, utilizando-as para o trabalho de forma remunerada ou em troca de casa e comida. Com isso, a roda dos expostos nada mais era que uma forma de legitimar novamente o trabalho realizado por crianças, já que estas, na maioria das vezes, se encontravam na Santa Casa de Misericórdia na total miserabilidade (PAGANINI, 2008).

Segundo Melo (2020) em 1822, já com a presença da família real no Brasil, profundas e fundamentais mudanças foram difundidas pelo país. Nessa nova fase o Brasil passa a experimentar uma vivência europeia, que altera substancialmente a forma de viver e os modos de organização da sociedade aqui já estabelecida, dentre essas alterações a que é digna de destaque é a da família que teve moldes e estrutura modificados pela importação da nova cultura.

Nesse contexto, a realidade das crianças tem sua alteração. De acordo com a autora a criança elitista branca passa a sua vida sendo educada em casa moralmente e sendo instruída na escola, tem seus momentos de lazer diversificados e termina sua instrução fora do país, o Estado via a educação das crianças da elite como uma estratégia para a formação de uma sociedade “civilizada” (MELO, 2020).

Crianças escravas eram desprovidas de qualquer direito desde o nascimento; nem sempre podiam ficar com a mãe, sendo vendidas mesmo bem pequenas [...] Aos quatorze anos ingressavam em trabalho semelhante ao que era realizado por escravos adultos. Nesse contexto, crianças cativas, quando não submetidas a fatalidades físicas (doenças e morte), eram fadadas a uma vida dura e cruel, restando-lhes apenas a “esperança” de, quem sabe, conquistar a própria liberdade. (MELO, 2020, p. 10)

Comumente, as crianças escravas perdiam sua infância na esperança de uma liberdade nesse período. Ainda no Brasil império Azevedo e Sarat (2015) citando Sá (2007), afirmam a manifestação, para além da roda dos expostas, de outras formas e tentativas de preservação a vida e ao bem estar da criança como o movimento médico higienista, que visava combater o aborto e a mortalidade infantil, proteção jurídica e policial no combate à exploração da mão-de-obra infantil. Baseado nisto as autoras alertam para os perigos que esses movimentos trouxeram como a discriminação aos pobres.

Tais movimentos reforçavam a ideia de culpabilizar o indivíduo por suas próprias mazelas, não levando em consideração a existência de fatores externos que condicionavam certas parcelas da população a uma qualidade de vida indigna e/ou inferior aos demais. Esta acaba sendo uma marca registrada no Brasil que leva esse estigma social ao longo das décadas até nos depararmos com uma nova forma de governo e de Estado que por tempos segue reafirmando tais ideologias higienistas.

Como referencia Melo (2020) o início do Brasil república é marcado por eventos como a abolição da escravatura e um novo modelo político-administrativo que traz consigo objetivos claros a respeito do novo modo de produção capitalista inserido na Europa. Frente a essa nova

realidade tinha-se uma constante preocupação sobre o futuro da nação e o projeto de urbanização do Rio de Janeiro ilustra bem isso.

Com a lei da abolição da escravatura, novos agentes sociais, muitos deles ex-escravos e filhos de escravos recém-libertos, migraram para as cidades em busca de trabalho e moradia, gerando assim um progressivo crescimento populacional. Contudo, essa massa crescente tornou-se um problema social para a ideologia modernizante do Estado, levando-o a formular medidas públicas de contenção ou afastamento das classes sociais mais pobres para as periferias. (MELO, 2020, P. 11)

Por outro lado, ainda que a abolição da escravatura tenha sido um grande marco do início do século XIX, segundo Panini (2008) a ideologia do trabalho permanecia para o avanço do país. Apesar do que se faz parecer o trabalho infantil nunca deixou de ser utilizado no Brasil, nem mesmo na época da “modernização”, ao contrário, há registros de crianças que trabalhavam em fábricas no início da industrialização do país.

O discurso dignificante do trabalho nessa época tinha uma força sem tamanho, já que se fazia necessário utilizar da mão de obra infantil, pelos mais variados motivos, tais como baixos salários, ausência de reivindicação de direitos, modo pelo qual ajudavam suas famílias, dentre outros. (PAGANINI, 2008. P. 4)

Paganini (2008) afirma que no século XX há o início de um movimento em defesa dos trabalhadores, o que acaba incorporando a defesa das crianças que trabalhavam nas fábricas, também há a presença de positivistas que reformulam o modo de enxergar a realidade brasileira, onde o Estado, frente a estudos científicos e um discurso moralizante, traz classificações morais as pessoas e, as que são catalogadas como “degeneradas” precisam de uma cura, a que vem pelo trabalho.

A criança, então, passa a ser regulamentada através do Código Penal da República de 1890, onde este previa o crime da vadiagem como modo de inserir a pequena parcela das crianças que ainda não estavam trabalhando, no interior das fábricas, contribuindo para o desemprego dos adultos (MOURA, 1999, p. 96 *apud* PAGANINI, 2008. P. 5).

Enquanto o pensamento moralizador da elite brasileira via o pobre como algo que não se encaixava ao ideal de nação (PAGANINI, 2008), mais a frente passou-se a acreditar que somente o punir não era suficiente, por isso o enfoque passou a ser o regenerar e educar. Diante disso é criado, em 1927, o primeiro código de menores da república, daí a ideia de que a

educação era realmente o grande problema do país, que deveria ensinar às crianças pobres o básico para trabalhar.

Em 1934 nasce no Brasil uma nova constituição que tinha seu enfoque no trabalho infantil, limitando a idade para trabalhos noturnos e em fábricas insalubres; mais adiante nascerá o SAM (Serviço de Assistência a Menores) primeiro órgão nacional a se responsabilizar pelo controle da assistência aos menores; e em dezembro de 1964 são criados a FUNABEM e FEBEMs, quando o problema da infância passou a ser tratado como problema de segurança nacional (PARANÁ, 2015).

Como consequência dessa formação sócio-histórica aqui exposta é possível agora compreender a estrutura moral do pensamento da população brasileira com relação ao trabalho infantil e no trato da criança e do adolescente. Por mais que com o avançar da história a relação criança-adulto tenha se modificado e ganhado novas formas, principalmente na modernidade, o que torna os adultos modernos mais abertos e receptivos as crianças que seus antepassados, ainda pode-se ver a manifestação das raízes estruturais de uma nação que se ergueu a partir, também, do trabalho infantil.

2.2. Trabalho e política econômica na contemporaneidade

Pensar no mundo do trabalho na contemporaneidade significa continuar nossa viagem pelo passado até os dias de hoje, objetivando conhecer suas bases fundamentais que alicerçam o presente. Dando continuidade ao item anterior, o nosso passear pela história nos levará a deslumbrar o primeiro período da república no Brasil, onde, segundo Oliveira (2002), a questão social ganha a cena através das manifestações dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida.

O trabalho nesse período não passou por uma transição automática da escravidão para o assalariamento. Devido a estrutura agroexportadora do Brasil, que fazia com que a indústria não tivesse voz ativa, mas sim fosse submissa a agricultura, com o fim da escravidão temos uma maior ocupação dos postos de trabalho no setor agrário, gerando assim uma enorme defasagem na indústria nascente (PEDROSO, 2013).

Sob este entendimento é comum que vejamos as formas de empregabilidade que se assumiram nesse período pós-abolição.

[...] no meio rural brasileiro prevaleciam regimes não propriamente capitalistas de trabalho como a parceria, onde há o pagamento in natura por

parte do trabalhador em troca da concessão do direito de plantar alguns produtos para a subsistência; o barracão, fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelos proprietários ou seus prepostos, em regra a preços extorsivos; o cambão, prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra; entre outras formas intensivas de exploração do trabalho que eram remanescentes do escravismo. (PEDROSO, 2013, p. 88)

Segundo Pedroso (2013) esses fatores se uniram ao fato do Estado preferir não se envolver no assunto trabalho deixando a cargo do patronato questões essenciais como ambiente de trabalho, formas de exploração da mão-de-obra e remunerações. A consequência disso foi o afloramento da questão social que não podia mais ser silenciada evidenciando a ligação estreita que há entre o mundo do trabalho e as condições de vida da população.

O que se explicita nesse período é a maneira como os problemas do mundo do trabalho afetam diretamente o desenvolvimento urbano-industrial do país, levando assim a debates a respeito de iniciativas de regulamentação do trabalho com a finalidade de se fazer cessar manifestos e expressões sindicalistas. Na Primeira República entenderam que tratar expressões da questão social como caso de polícia era nocivo, a partir daí, nos anos 30, que começaram a nascer leis de regulamentação das relações servis entre patrões e empregados, porém as expressões da questão sociais não deixaram de ser criminalizadas (OLIVEIRA, 2002).

Em 1929 com a Grande Depressão, o Brasil adentrou numa crise que o obrigou a pensar numa nova política econômica e em medidas sociais de urgência.

[...] a crise de 1929 afetou seriamente a economia brasileira, registrando-se uma queda drástica no preço internacional do café e uma crise do comércio e da indústria locais que desde meados da década anterior vinham enfrentando o declínio de suas atividades, o que provocou inúmeras falências ou a queda expressiva os níveis de produção daquelas empresas que ainda conseguiam se manter em operação. Isso trouxe um aumento do desemprego nas áreas rurais e urbanas. (OLIVEIRA, 2002, p. 53)

Segundo Oliveira (2002) nesse contexto de instabilidade política e fragilidade econômica, a Revolução de 30 – como é comumente chamada a entrada no poder do ex presidente Getúlio Vargas – aparece como um caminho que abria a possibilidade de novos estímulos à indústria e ao comércio e se fixaram como políticas de promoção ao desenvolvimento econômico. Enquanto isso os trabalhadores viam suas vivências se tornarem mais precárias e sua luta política enfraquecida devido as desarticulações de suas organizações.

O ambiente que estava sendo vivenciado no Brasil expunha a realidade da burguesia brasileira que não se via preparada para lidar com a perturbação de sua ordem “natural” de fazer as coisas. A insipidez da classe dominante no país não a permitia ser sólida e tão pouco unida,

a dificuldade na concordância impossibilitava a construção de um modelo capitalista clássico e a inserção de um contingente de trabalhadores no mercado de trabalho (PEDROSO, 2013).

Oliveira (2002) afirma que esse ambiente impulsionou o debate sobre o destino do país e abriu caminho para a organização do Estado nacional onde havia forte centralização política e administrativa. O Estado a essa altura passou a ter o seu papel ressignificado no cenário brasileiro como um fundamental estimulador da economia e a ser um regulador dos conflitos sociais, tendo em vista que somente ele poderia ser o financiador de investimentos que dariam base para acumulação industrial (PEDROSO, 2013).

Pautado nisso, Oliveira (2002) endossa que a partir dessa fase a regulamentação do trabalho via Estado se tornou algo indispensável para a estabilidade política e o desenvolvimento do país. As leis acerca do trabalho ganharam novas perspectivas políticas e econômicas, assumindo proporções que não tinham mais somente a ver com a condição de vida dos trabalhadores, mas também com um equilíbrio sobre a relação patrão versus empregado.

O Estado Novo criou ministérios voltados para o trabalho, a CLT, a previdência, legalizou sindicatos, atendeu pautas sindicais e deixou de tratar a questão social como caso de polícia, o que levou com que a estratégia de Estado centralizador desenvolvimentista positivista criasse a calma necessária para que o país seguisse em frente, porém tudo isso sem reformar os alicerces das relações sociais e econômicas do Brasil só serviria para que o problema eclodisse mais a frente (PEDROSO, 2013).

É válido salientar que em seu texto Pedroso (2013) aponta que o Estado novo não levou tais mudanças substanciais até o campo, ou seja, a estrutura escravista que perdurava no campo na república velha ainda se fazia presente no Estado novo, fazendo assim com que velhos alicerces nunca fossem retirados do meio da população, mas mascarados com políticas desenvolvimentistas que traziam o novo sobre fundamentos velhos.

Após esse período, com a deposição de Vargas e eleições para novo presidente, veremos no governo Dutra forte influência dos Estados Unidos após sua vitória na Segunda Guerra, o objetivo da interação norte-americana em território brasileiro era ter o país como seu aliado em meio a uma Guerra Fria que se seguia com a URSS. Com a justificativa de poupar a nação do comunismo disseminado pela Rússia os EUA assumiram diversos tipos de parcerias com o governo e a população, a partir do entendimento que países com populações mais pobres eram tendenciosos ao socialismo (AMMANN, 2003).

Após a Era Vargas o próximo momento substancial para se citar na história do mundo do trabalho brasileiro foi a década de 50 e o nacional-desenvolvimentismo fundamentado por um pensamento positivista, instaurado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que via o

Estado não mais somente como o principal financiador da economia, mas sim como um agente indutor que indicaria o caminho e investiria quando necessário. A essa altura, o pensamento corriqueiro sobre a cabeça dos intelectuais brasileiros era se o Estado como regulador era mesmo efetivo. (PEDROSO, 2013).

O que se seguiu adiante foi a entrada do capital estrangeiro nesse sistema desenvolvimentista que “impedia a superação das contradições da formação capitalista brasileira.” (PEDROSO, 2013, p. 92). O que significava dizer que o sistema vigente mantinha seus antigos problemas que só se acentuaram com o tempo: economia baseada em alta taxa de exploração de mão-de-obra e um forte senso de exclusão social; segundo a autora essas controvérsias deveriam ser absorvidas pelo Estado, pois para este fim tinha ganhado essas configurações.

Com a chegada da década de 1960 temos a ditadura militar com seu Milagre Econômico – através de endividamento externo -, controle sindical absoluto, extrema desigualdade social e repressão das liberdades duramente alcançadas com lutas (OLIVEIRA, 2002), dando continuidade ao desenvolvimentismo trazido de outros governos e tentando, sem sucesso, corrigir os problemas trazidos pela recessão pós-1962.

No mundo do trabalho, segundo Pedroso (2013), a ditadura militar incutiu a superexploração do trabalhador com o objetivo de atrair empresas a se instalarem no país com a promessa de mão-de-obra barata, essa superexploração sustentava a rotatividade dentro das empresas que se valiam da mesma como mecanismo de controle, fazendo assim com que o trabalhador aceitasse jornadas exaustivas e horas extras irregulares a fim de manter seu emprego.

O objetivo do governo militar era a adoção do modo taylorista-fordista de produção, porém sem adotar o incentivo ao consumo das massas, o direcionamento da produção ia para classe alta e média do país, dessa forma o resultado obtido foi uma desigualdade social mais acentuada, baixos salários e uma população carente de programas sociais que visassem diminuir os danos causados pelo novo modelo de produção (PEDROSO, 2013).

De acordo com Pedroso (2013) a crise experimentada pelo Brasil na década de 1970 ajudou a agudizar mais o quadro crítico do país. O milagre econômico (como era chamado mais uma estratégia desenvolvimentista para desenvolver o país) e o II PND (Plano Nacional Desenvolvimentista) foram os esquemas utilizados durante a crise do petróleo, pois enquanto os países centrais buscavam plano para sua reestruturação produtiva, o Brasil tentava, a todo custo, fazer funcionar um sistema esgotado.

Pedrosa (2013) endossa que os capitais estrangeiros que sustentavam os investimentos do país agora estavam significativamente reduzidos, pois os países estrangeiros visavam seu próprio crescimento em períodos de crise. Dessa forma a autora sustenta que na década de 1980 vamos ter a eclosão da dívida externa, o limite da estratégia econômica vigente, aliada a crescentes movimentos populares pela redemocratização, o que se somando obtém-se como resultado o fim da ditadura militar e um novo início da era capitalista no Brasil.

A redemocratização do Brasil, após a ditadura militar, foi com o início do governo Sarney em 1985, instituído através de um colégio eleitoral e, teve como seu principal marco a Constituição de 1988 que garante, entre outras coisas, a soberania do povo pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Ao longo do governo Sarney foram adotados alguns planos para controle inflacionário que não obtiveram sucesso e, em 1989 a inflação chegou ao seu patamar mais alto.

Essa realidade inflacionária aumentava a desigualdade e, consequentemente, o número de pessoas em situação de pobreza. Segundo Lopes (2008), com o Plano Cruzado – pacote econômico implementado no governo Sarney – a proporção de pobres caiu em 1986 para 28,4%, porém nos anos seguintes a esse pacote econômico houveram a implementação de outros que, como o já citado, geraram efeitos recessivos que elevaram a taxa para 35,9% em 1987 e 39,3% em 1988.

O Estado brasileiro se vê entrando na política econômica neoliberal na década de 1990, quando o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, ganhou as eleições de 1989 para presidente da república. A partir daí o neoliberalismo entra na agenda política do Brasil, devido a sua crescente dívida externa. Porém, mesmo diante desse cenário de crescente dívida com países e órgãos internacionais, o Brasil se recusava a aderir o neoliberalismo, o tornando assim o último país da América Latina a adotar esse sistema (FILGUEIRAS, 2006).

O autor reitera que antes do modelo de contrarreforma o Brasil enfrentava uma grande crise devido a hiper inflação que desestabilizava nosso mercado interno, tirando da população o ímpeto de consumir, e desvalorizando a moeda, todos os planos propostos para a contenção de danos e estabilização falharam, até a criação do Plano Real, desenvolvido no governo do presidente Itamar Franco, pelo ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que constituiu, basicamente, em uma troca da moeda, fechamento de bancos estatais e renegociação da dívida externa.

No governo que se seguiu o projeto neoliberal foi se tornando cada vez mais agressivo seguindo suas linhas de privatizações, globalização, estado mínimo e reestruturação produtiva a todo custo. Como afirma Pedrosa (2013, p. 125)

A globalização, hegemonizada pelo capital financeiro, promove o deslocamento dos investimentos produtivos para este setor, ocasionando uma corrida frenética a readequação dos fatores produtivos (trabalho, capital e tecnologia) de forma que as empresas possam manter suas taxas de lucro em um mercado altamente competitivo. Por sua vez, o neoliberalismo irá amparar este processo através de sua lógica de não intervenção na economia, fazendo com que o Estado deixe de proteger as empresas nacionais diante da competição das empresas multinacionais.

Pedroso (2013) afirma que nesse sentido o trabalho seguiu de acordo com os mandatos da economia brasileira. A reestruturação produtiva de padrão Toyotista trouxe uma nova forma de se pensar e fazer trabalho no Brasil, com a chegada do Neoliberalismo milhares de postos de trabalho foram se perdendo devido a não absorção destes pelo mercado, que visava qualidade e cooperação de seus funcionários na construção da empresa.

A mão-de-obra no Brasil continua sendo superexplorada, porém com roupagens diferentes no que tange a centralidade das operações econômicas. Na atualidade chamamos de acúmulo de funções polivalência, que se tornou uma característica favorável a uma contratação, prestação de serviços sem asseguramento pela CLT é chamado de ‘a liberdade de negociar’, os milhares de empregos que se perderam com a nova aquisição do sistema ganharam com isso a oportunidade de se tornarem seus ‘próprios patrões’ e não trabalharem mais para ninguém.

O mundo do trabalho na contemporaneidade encontra-se completamente modificado, segundo Antunes (2018) aquele que possui um trabalho e por ele é assegurado (INSS, seguros e etc.) é considerado um privilegiado, o número de trabalhadores informais só cresce, são trabalhadores submetidos a contratos temporários, locais de empregabilidade precários e sempre correndo o risco de serem dispensados e ficarem desempregados.

Mediante o cenário relatado, principalmente com relação à precarização e informalização do trabalho, percebe-se o caminho percorrido até que, por exemplo, uma mãe fique sem provisão e precise, juntamente com seus filhos pequenos, mendigar num sinal, ou vender balas em coletivos. O trabalho infantil é uma consequência desses movimentos que o capital faz em busca de crescimento e progresso.

2.3 Trabalho infantil: uma expressão da questão social

A crise econômica e societária brasileira que vinha se estendendo desde os anos 1970 até a contemporaneidade trouxe consequências gravíssimas que pioraram com a entrada do neoliberalismo e suas modificações no mundo do trabalho. Como observado no capítulo

anterior, Antunes (2018) articula que a reestruturação produtiva trouxe como resultado a precarização do trabalho, o trabalho informal e o desemprego. Tudo isso aliado a uma realidade guiada pelos valores de mercado e financeirização contribuem para a crescente no trabalho infantil.

O trabalho infantil no Brasil não tem sua origem na contemporaneidade, muito menos com o neoliberalismo, porém pode-se afirmar que o trabalho infantil é inerente ao capital. Devido a suas constantes e regulares crises por diversas vezes vê-se a questão social se agudizando e as suas expressões são bem claras ao mostrar o quanto é custoso, principalmente para os mais pobres, a quebra e a (auto)regulação do mercado.

A questão social, que se apresenta no Brasil de maneira massiva em 1930, é a expressão da lógica capitalista onde a riqueza socialmente produzida se detém nas mãos daqueles que são proprietários dos meios de produção, é o resultado das relações sociais de produção. Tal lógica alicerça o mundo do trabalho e as relações sociais que dele advém, dessa forma mantendo vivo esse sistema de contradições e alimentando as expressões da questão social (ALCANTARA; LEITE, 2011).

Para ser questão social é necessário protagonismo e entendimento de classe para si (ALCANTARA; LEITE, 2011), isso significa dizer que as expressões da questão social começaram a ser notadas quando trabalhadores se organizaram e, através de manifestações e greves, exigiram seus direitos. Apesar de não ter se originado aqui, a questão social levou a sociedade brasileira a notar as desigualdades sociais, a violência, a fome, o analfabetismo, o trabalho infantil e etc.

O trabalho infantil é uma das expressões da questão social por ser um fruto desses processos de produção e reprodução do capital que gera disparidades (LOURENÇO, 2014). Um olhar sobre o cenário atual nos faz perceber como a financeirização, a globalização, a reestruturação produtiva e a omissão estatal sustentam e fomentam a existência do trabalho infantil em uma de suas versões mais brutais, só sendo suplantado pela situação da infância na revolução industrial.

O desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho das últimas décadas tem deixado famílias em situação de crise, remontando os tempos do capital industrial onde todos deveriam ir às fábricas trabalhar, para que aquele núcleo tivesse alimento ao fim do dia. Isso faz com que muitos pais enxerguem como opção para seus filhos o trabalho, o que aponta diretamente para a ineficácia de políticas públicas e programas sociais voltados para essa área (LOURENÇO, 2014).

O raciocínio é o de liberdade econômica, de gestão de si mesmo, de um estado que não regule e nem interfira nas liberdades individuais, porém o custo de tais ‘avanços’ é a vida do trabalhador e de sua família. Nesse novo ideário econômico as responsabilidades pelas mazelas são dos próprios indivíduos e, caso queira, de membros caridosos da sociedade civil, transformando assim direitos sociais em filantropia e alcançando somente aqueles a quem as ações forem destinadas (ALCANTARA; LEITE, 2011).

A crescente omissão estatal que segue o plano da ideologia neoliberal tem regido seus serviços públicos na mesma lógica de gestão empresarial da rede privada (LOURENÇO, 2014), o que faz com que os serviços públicos se coloquem como meros espectadores enquanto a classe trabalhadora perde o acesso a seus direitos duramente conquistados.

Portanto falar sobre trabalho infantil no Brasil é falar de um campo que o ideário burguês não quer observar, uma realidade em que 1.8 milhão de crianças e jovens trabalhavam no Brasil no ano de 2019 (BRASIL, 2020), apesar de ser uma redução de 357 mil com relação ao ano de 2016, esse número ainda é bem grande e não dá pra ser varrido para de baixo do tapete. O IBGE afirma que dentre esses menores 45,9% realizavam trabalhos considerados perigosos, “21,3% tinham de 5 a 13 anos; 25,0%, 14 e 15 anos e a maioria, 53,7%, tinham 16 e 17 anos de idade” (BRASIL, 2020).

Quando se segue a divisão de sexo e cor o número espanta. 66,4% dos menores trabalhando eram homens contra 33,6% de mulheres; 32,8% eram brancos contra uma porcentagem espantosa de 66,1% de pretos e pardos e do total de menores estimados pelo censo 81,1% frequentavam a escola. A porcentagem de meninos pretos ou pardos submetidos a esse sistema de trabalho é impactante e faz-se notar o óbvio, o trabalho infantil tem sexo e cor.

O estudo também vai indicar que quanto maior a idade, maior é a carga horária de trabalho; 83,1% dos menores de 5 a 13 anos tinham uma carga horária de 14 horas semanais, enquanto somente 25,8% dos adolescentes entre 16 e 17 tinham jornadas semelhantes a esta e 24,2% desses adolescentes trabalhavam 40 horas ou mais semanalmente. Quanto aos salários, as mulheres recebiam 87,9% do valor total recebido por homens; enquanto crianças negras 467 reais em média, contra 559 da criança branca.

De todos os menores trabalhadores trazidos no censo 75,8% não se concentravam em atividades agrícolas, em ordem 57,7% eram empregados; 30,9% familiares auxiliares e os serviços domésticos eram 7,1%, ou 92,7 mil exerciam tal atividade. Frente a isso Lira e Peruzzo (2016) citando o censo do IBGE 2010 afirmam que “os números também mostram que 93,7% do universo de crianças e adolescentes ocupados no trabalho infantil doméstico são meninas, 241 mil, e 16 mil são meninos”.

Essa contribuição de Lira e Peruzzo traz a luz ao entendimento que em alguns setores mulheres sejam maioria dos menores no trabalho infantil. Sobre isso Ribeiro (2020) afirma que a proporção de números se inverte ao falar do trabalho infantil doméstico e exploração sexual já que suas personagens principais são meninas.

A pandemia causada pela Covid-19 não poderia deixar de ser mencionada, já que aliada às condições desfavoráveis do capital, para a população mais pobre, intensificou todos os processos de pobreza e miséria antes começados. O Brasil está a caminho do mapa da fome da ONU, em verdade esse caminho já estava sendo traçado desde 2018, porém com a pandemia veio o agravamento (LIMA, 2021) e, diante da fome, crianças se submetem aos mais variados tipos de trabalho para conseguir alimento.

Como exemplo do crescimento do trabalho infantil em período de pandemia, apesar de ainda não haverem censos a níveis nacionais, a Unicef registrou uma alta de 26% no número de crianças trabalhando na cidade de São Paulo nesse período. Segundo a Agência Brasil a Unicef, em maio de 2020, atendeu cerca de 52,7 mil famílias para o recebimento de kits de higiene e cestas básicas, a cada mil domicílios 21,2 afirmavam ter ao menos uma criança trabalhando, quando comparado ao índice anterior esse número cai para 17,5 antes da pandemia. Ante as famílias cadastradas em julho de 2020 o índice de trabalho infantil sobe para 24,2 a cada mil domicílios.

Essas informações só reiteram o que já vem sendo discutido no Brasil ao longo dos anos. Apesar das retrações dos índices de trabalho infantil no decorrer das décadas ainda há um grande número de crianças e adolescentes tendo seu direito de ser criança cerceado por um mercado que quer vê-lo escravo. Nesse ponto é válido perguntar onde se enquadra a ação do Estado?

Segundo a Organização Internacional do Trabalho OIT (*online*, s/p)

O trabalho infantil é **ilegal** e priva crianças e adolescentes de uma infância normal, impedindo-os não só de frequentar a escola e estudar normalmente, mas também de desenvolver de maneira saudável todas as suas capacidades e habilidades. Antes de tudo, o trabalho infantil é uma **grave violação dos direitos humanos** e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, representando uma das principais **antíteses do trabalho decente**.

Fundamentados nesse entendimento a OIT considera como uma de suas prioridades o combate ao trabalho infantil no mundo, reconhecendo que o mesmo advém da pobreza, não oportuniza o desenvolvimento das capacidades da criança e que se não erradicado se estende a

vida adulta, formando assim adultos sob o jugo do trabalho forçado e encaminhando toda uma nação para o não desenvolvimento e a pobreza.

Sendo assim “de acordo com a OIT, caracteriza-se como trabalho infantil aquele realizado por crianças com idade inferior à mínima permitida para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no País.” (BRASIL, 2020). No Brasil, de acordo com o artigo 7º da constituição federal de 1988 e o artigo 403º da CLT, a idade mínima permitida para ingresso na atividade do trabalho é 16 anos, salvo se for jovem aprendiz que a idade mínima é 14 anos.

De acordo com Sakamoto (2013), no Brasil entre os anos de 1990 e 2005 houve uma drástica redução no índice de crianças trabalhando, o que fez com que o Brasil se tornasse uma referência no combate ao trabalho infantil, pois fora um dos países que mais avançou em legislação e políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Por causa desse fato o país sediou a III Conferência global sobre trabalho infantil, em 2013, onde se comprometeu a acabar com as piores formas de trabalho infantil até 2016 e erradicar o problema até 2020.

Porém em 2005 houve uma desaceleração da diminuição do trabalho infantil, umas das explicações é que existem formas de trabalho infantil que são mais difíceis de se identificar, como o trabalho infantil doméstico, por exemplo, o que atrapalha um real dimensionamento da quantidade de crianças que estão sob esta forma de exploração, ou seja, podem haver mais crianças em campos de trabalho hoje do que foi exposto pelo censo de 2019.

Dentre as legislações e políticas públicas no combate ao trabalho infantil cabe o destaque para o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), lei 8.069, que nasceu com base no artigo 227 da constituição federal em julho de 1990, visa a proteção integral dos menores brasileiros seguindo as diretrizes da Declaração universal de direitos da criança da ONU, de 1979 (PARANÁ, 2015).

O ECA em seu capítulo V, que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, condena o trabalho de qualquer espécie a menores de 14, enquanto que para os maiores de 14 existem uma série de diretrizes a serem seguidas para que haja uma preservação do adolescente. Das inibições do ECA ao trabalho adolescente merecem destaque aquelas que dizem respeito a lugares insalubres, ou que possam prejudicar o menor moral, física e psicologicamente, trabalhos noturnos e cargas horárias extensivas (BRASIL, 1990).

Ainda em consonância com as formas de enfrentamento do trabalho infantil, em 1996 houve a criação do Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI).

[...] teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país num esforço do Estado Brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). (SOCIAL, 2015, s/p)

O PETI foi uma grande ferramenta no combate ao trabalho infantil no Brasil, em 2005 se integrou ao bolsa família e em 2011 passou a ser gerido pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Segundo Secretaria Especial do Desenvolvimento (2015) em 2013 iniciara um debate sobre redesenhar o programa, visto os dados obtidos no censo do IBGE 2010 e o avanço da nova estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o novo desenho do PETI tinha como objetivo acelerar o processo de erradicação e combate ao trabalho infantil.

Sakamoto (2013) corrobora que nesse contexto, em continuidade das formas de combate ao trabalho infantil, tem-se a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) que coordenada pelo antigo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), estruturaria as ações de combate ao trabalho infantil e acompanharia suas execuções. Porém, com a mudança de governos, em abril de 2019 o CONAETI foi extinto e logo após, em dezembro de 2020, restabelecido retirando de sua composição organismos importantes como a OIT e o FNPETI (GIOVANAZ, 2020).

Com o início dos governos que visavam seguir a agenda neoliberal os programas de combate ao trabalho infantil no Brasil sofreram grandes cortes. O PETI, por exemplo, que está inserido no SUAS sofre com o desmantelamento contínuo do sistema e vê suas iniciativas serem constantemente transferidas para a sociedade civil de forma focalizada e caritativa. O Brasil, que assumiu um compromisso de acabar com as piores formas de trabalho infantil até 2016, não conseguiu cumprir com essa proposta feita a organismos internacionais.

Os constantes cortes orçamentários em setores essenciais como a assistência social, que é determinante na identificação e prevenção do trabalho infantil, dificultam o combate ao mesmo visto que há a necessidade de equipamentos, equipe técnica capacitada e interação entre os órgãos públicos para a resolução de um problema que só é agravado a cada retirada de verbas.

Levando em conta a conjunção exposta é primordial a atenção sobre o trabalho infantil no Brasil e suas formas de combate, mas também há todo o sistema que mantém esse organismo vivo. As investidas neoliberais agem também no viés ideológico, o que leva o debate sobre trabalho infantil a um novo patamar quando entendido que o mesmo também precisa ser combatido, além da prática constante na realidade com políticas e luta por direitos sociais

violados, na cultura popular brasileira que acredita que o trabalho é a solução para a miséria dessas crianças.

3 NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IDEOLOGIA MORALIZANTE

3.1 Metodologia executada

Para a confecção deste trabalho foi utilizado como tipo de pesquisa a revisão narrativa, entendendo, através de Vosgerau e Romanowski (2014), que essa categoria de pesquisa permite uma análise e aprofundamento do tema escolhido, o limitando em períodos, e trazendo seu enfoque a seleções específicas de materiais a serem levantados. A revisão narrativa permitiu a autora a problematização a fim de preencher lacunas a respeito da questão escolhida, para então exibir perspectivas diversas sobre o tema e, a partir disso, observar a existência de uma resposta, ou apontar para a necessidade de atenção a um debate que tem ficado esquecido.

O trabalho, de cunho qualitativo, fora construído dessa forma devido ao seu viés estritamente bibliográfico, a pesquisadora escolheu trazer o enfoque de sua problemática ao campo teórico de entendimento, compreendendo que a dinâmica do trabalho visa expor os movimentos ideológicos por trás das representações sociais que abrangem o tema abordado.

Dessa forma o texto procurou alcançar quais fatores alicerçam e legitimam o trabalho infantil na contemporaneidade brasileira. Por meio da revisão narrativa fora possível analisar e categorizar autores que traziam visões parecidas, porém com enfoque distinto, expressando assim entendimentos diversos da existência do fenômeno no país, possibilitando assim, a pesquisadora, o apresentar da complexidade do tema e os caminhos singulares que o mesmo traça pela sociedade brasileira.

Os sites utilizados para o levantamento dos artigos para fins de elaboração do trabalho foram o Google Acadêmico e Scielo. Por meio destes, a pesquisadora estipulou o período dos últimos 10 anos a fim de filtrar as informações com mais precisão e historicidade da última década, entendendo que os eventos que englobam a temática abordada sofrem mudanças significativas que são merecedoras de um olhar crítico. Baseando-se nessa premissa os descritores desse trabalho são Trabalho infantil, Neoliberalismo, educação pelo labor e ideologia.

Foram levantados 5 artigos para a produção dessa escrita, sendo fundamentada pelos periódicos selecionados. Os artigos trarão perspectivas a respeito do trabalho infantil, ainda ressaltando a importância de seu debate e combate. Uma síntese das obras selecionadas é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 1 – Síntese dos resultados

Fonte: Elaboração própria

Autor	Título	Ano	Site	Revista
Aguiar Junior e Vasconcellos	Infância, trabalho e saúde: reflexões sobre o discurso oficial de proibição do trabalho infantil	2017	Scielo	Saúde Debate
Araújo et al	Trabalho infantil no Brasil: análise dos principais determinantes	2010	Google acadêmico	Ensaio FEE
Marchi	Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC.	2013	Scielo	Educar em Revista
Lourenço	Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes.	2014	Google Acadêmico	Serviço social e sociedade
Vaz Lira e Peruzzo	O trabalho infantil doméstico nas economias periféricas dependentes: particularidades no Brasil	2016	Scielo	Argumentum

3.2 Alterações do mundo do trabalho sobre o trabalho precoce de crianças e adolescentes

Partindo do princípio que existe quase que um consenso entre os autores escolhidos com relação a como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva agudizam a inserção de crianças no mercado de trabalho, esse texto visa expressar as visões distintas, porém convergentes, dos autores em questão.

Marchi (2013) traz em seu artigo o debate acerca das representações sociais de conceitos como escola, infância e trabalho infantil, representações essas que são essenciais para a discussão sobre o fenômeno do trabalho infantil. A autora usa como base para seu debate uma pesquisa qualitativa que aborda diversas dimensões do fenômeno do trabalho infantil e o trabalho de campo realizado no PETI, através da coordenação da SEMASCRI (Secretaria de Assistência Social da Criança e do Adolescente de Blumenau).

Enfatizando que o trabalho infantil não surge com o capitalismo, porém o que advém da modernidade é o novo pensar sobre a infância e a criança e isso faz com que a existência se altere e novas formas de família e vida comecem a emergir. Sendo assim o trabalho de educar que era passado de pai para filho como método de aprendizagem para a vida adulta, que se estendia até o trabalho, começa a ser um empecilho na educação da criança, que mais adiante será retirada desse espaço e colocada na escola. (MARCHI, 2013)

A equipe do PETI de Blumenau traz a autora um levantamento a respeito das dificuldades de se tratar o problema do trabalho infantil, pois muitas das famílias inseridas naquele contexto acreditavam que o trabalho infantil não era nocivo e que educava as crianças e adolescentes, evitando que os mesmos seguissem por caminhos errados, mostrando assim o antagonismo de pensamentos entre a lei e a representação social do fenômeno. (MARCHI, 2013)

Marchi (2013) traz em sua obra o apontamento para as formas de capitalismo que causam e agravam o trabalho infantil enquanto elucida outras fontes de emergência do fenômeno como a composição familiar, o mercado que absorve esse contingente infantil, a busca da independência financeira dos jovens, medidas estatais inexpressivas e uma cultura que acredita que o trabalho dignifica qualquer pessoa, independentemente da idade. Pensar nesses diversos níveis de abordagem do trabalho infantil leva a autora a contemplar o quadro de uma forma ampliada e fugir do tradicional dualismo que cerca essa esfera.

Afirma a autora que o trabalho infantil é o resultado de uma realidade singular, que não deve ser reduzido somente ao fator sobrevivência familiar. Reitera que famílias pobres tem seu próprio entendimento a respeito da vida e sociedade e eles agem segundo tais, a imposição de uma normatização dessas famílias a um padrão classe média é invisibilizar a existência e história de vida desses personagens. A rede de proteção e acompanhamento não conseguem acolher todas as famílias em situação de vulnerabilidade, por isso então o trabalho infantil é visto como uma solução em várias frentes para diferentes problemas dentro da organização familiar.

A pesquisa da autora abrangeu 27 pessoas, dentre elas crianças, professores e pais que são assistidos pelo programa. Tendo sido embasada no pressuposto que havia mais contido na realidade do que o discurso pronto costuma apresentar, Marchi (2013) entrevistou 11 crianças e 8 pais cujo o entendimento de infância diverge muito do padrão imposto, comprovando assim, mesmo que de forma isolada e pontual, porém com uma amostra verdadeira, que há muito a analisar e principalmente discutir a respeito do trabalho infantil, suas causas e a realidade vivenciada pelas famílias.

A autora ratifica que apesar do trabalho infantil não se resumir a problemas econômicos esses podem ser considerados um dos fatores de maior peso para a permanência do fenômeno, além do fator cultural que traz em seu amago o conceito do educar. Dessa forma o trabalho infantil atende a dois critérios dessas famílias que é o de se manter e o de ensinar. A autora também reconhece a singularidade do fenômeno e reafirma que o mesmo não pode ser tratado

de maneira hegemônica, enquanto que as políticas públicas voltadas para sanar tal problema conversam melhor com a realidade das famílias.

Lourenço (2014) trata em seu artigo de questões pontuais que se interligam e se justificam. Falar sobre trabalho infantil na realidade brasileira atual implica em debater sobre o neoliberalismo e as suas ramificações econômicas e ideológicas e como essas ramificações influenciam diretamente sobre a vida da população mais pobre, que é a mais afetada por esses movimentos do capital.

Lourenço (2014) ainda trata da questão ideológica que vem atrelada ao discurso capitalista que justifica o trabalho infantil utilizando a miséria que o próprio sistema produz, o que cria um ciclo de pobreza justificada e dignificação pelo trabalho. Ainda nesse pensamento a autora elucida a forma como o capitalismo se vale da mão de obra precoce de forma direta ou indireta através de empresas que sustentam essa forma de exploração sem tê-la em seu ambiente propriamente.

Esse apontamento levanta a questão a respeito de países desenvolvidos que sustentam suas produções através de matérias-primas retiradas de países latinos, realizando acordos com empresas que se valem do trabalho infantil. Devido a isso esse fenômeno do trabalho infantil não pode ser visto de maneira a observar somente a miséria familiar, pois a mesma tem origem no sistema de produção capitalista, sendo assim essas famílias utilizarão da mão de obra infantil para suprir suas necessidades materiais e subjetivas.

Uma das maiores problemáticas apontadas pela autora é a dificuldade do reconhecimento do trabalho infantil como tal. Com todas as mudanças oferecidas pelo neoliberalismo ao sistema de trabalho brasileiro o trabalho assegurado tornou-se raro e o desemprego cai sobre a população, em especial a pobre, em abundância. Esse contexto é favorável a diluição da ideia de que trabalho infantil é uma oportunidade de crescimento profissional e educação ao mesmo tempo. (LOURENÇO, 2014)

Nesse sentido, essa realidade se somando a omissão estatal e a uma ineficaz política de ensino só reitera a ideologia neoliberal que endossa que o lugar do pobre é na produção e não na escola. Essa ideologia tornou tão marcante a população que a autora evidencia, através das entrevistas, pensamentos embasados nesse entendimento, criando assim um ciclo que é passado de geração a geração, de pai para filho, onde o trabalho tem uma função central na vida do pobre desde sua infância.

Lourenço (2014) ainda aponta que devido a necessidade imediata de provisão as famílias não conseguem vislumbrar a educação como uma saída do ciclo de pobreza extrema. Devido aos baixos salários aliados a uma ideia de autonomia e independência financeira,

juntamente com o essencial para o lar, as crianças, os adolescentes e seus parentes encaram a evasão escolar como uma opção viável, não conseguindo dimensionar como a falta de formação os afetará, inclusive, no mundo do trabalho, nunca os permitindo então ascender como o esperado.

Os exemplos trazidos pela autora em seu artigo servem de ilustração no entendimento que as famílias pobres têm necessidades a serem supridas hoje e por isso não podem esperar pela benevolência do Estado em fazer valer a Constituição federal. O trabalho infantil age em função do urgente, das necessidades imediatas das famílias. Sendo assim a autora sinaliza que, devido a esses fatores, é essencial olhar para além do singular de cada família e continuar defendendo uma infância sem trabalho, para que a pauta do urgente seja somada aos demais fatos e alie forças para lutar pelos direitos humanos.

Dessa forma Lourenço (2014) enfatiza que o trabalho realizado em casa, sob supervisão dos pais, de maneira informal, além de não ser reconhecido como de fato um trabalho, mas sim uma “ajuda”, prejudica a saúde e o desenvolvimento da criança e do adolescente e colabora a dar uma maior invisibilidade ao problema, já que em âmbito privado é mais complexo de se identificar.

Já as autoras Lira e Peruzzo (2016) afirmam que apesar dos avanços alcançados no combate ao trabalho infantil, o trabalho infantil doméstico foi o que mais permaneceu atuante, mesmo sendo estritamente proibido por lei. Um dos fatores que alicerçam a persistência do trabalho infantil doméstico pode ser encontrado na crise estrutural do capital na contemporaneidade que através da reestruturação produtiva tem gerado desempregos e subempregos.

Nesse contexto, segundo as autoras, temos um mercado de trabalho que demite homens, porém absorve mulheres para esse processo de precarização, dessa forma mulheres que já tem sua jornada de trabalho na família se soma a do trabalho com um ônus de precarização do mesmo. O trabalho infantil se manifesta nesse cenário como um recurso de manutenção da reprodução da força de trabalho no lugar daquela mulher que está inserida no mercado de trabalho, sendo menos custoso e tendo mais flexibilidade, assim criando uma cultura de exploração da mão de obra de crianças e adolescentes no espaço privado das casas.

Lira e Peruzzo (2016) dão continuidade a esse entendimento afirmando que o trabalho infantil doméstico tem sua insistência devido a reestruturação do mercado de trabalho, o trabalho precarizado leva a uma vida familiar precarizada. Entendendo que a família é o lugar onde ocorre a reprodução e manutenção da força de trabalho e que historicamente as mulheres

assumem um lugar central nesse cenário, dá para compreender o processo de inserção do trabalho infantil nesses espaços.

Sendo assim a classe trabalhadora, inserido em todo esse cenário de exploração e precarização, se vale do trabalho infantil para auxílio na reprodução dessa força de trabalho, ou para compor as necessidades materiais da família. Salientando que nesse contexto o trabalho infantil doméstico pode ser visto como aquele que é remunerado e o que não é, ambos são vistos como crime pela lei, e ambos se inserem no sistema de produção e reprodução do capital, tanto de forma direta, quanto de forma indireta.

Já Aguiar Junior e Vasconcellos (2017) buscam, através de uma análise crítica do discurso de proibição do trabalho infantil, elucidar a forma como não se tem pensado em saúde no que tange ao trabalho infantil. Apesar dos avanços com relação ao assunto trabalho infantil os autores identificaram que dentre as formas mais faladas sobre esse fenômeno, pouco é dito sobre como esse trabalho prematuro afeta a saúde das crianças e dos adolescentes.

Os autores selecionaram documentos que tratavam da temática da questão, documentos oficiais, decretos, leis e etc., para evidenciar como o discurso muda, molda e modifica a realidade e como seus efeitos são interpretados, sentidos de formas diferentes, em culturas diferentes, ao longo dos anos. Tudo para que fosse possível a nós, através da análise desses documentos, compreender a dialética que ocorre entre a infância, o trabalho e a saúde.

A partir dos documentos analisados os autores expõem como com a consolidação do capitalismo industrial exigiu do Estado uma intervenção sobre as relações de trabalho, principalmente com relação às crianças. A presença de crianças nas fábricas foi o estopim necessário para a criação de leis do trabalho e o entendimento de que as crianças necessitavam de proteção.

A saúde e o direito a educação nortearam a confecção das primeiras leis voltadas para o trabalho infantil naquele período, porém o discurso atual a respeito da mão-de-obra de crianças e adolescentes parece esquecer a história social do trabalho desses jovens e até mesmo o discurso ideológico daquele cenário, que faz parecer que o trabalho infantil só passou a ser considerado nocivo quando já não era mais tão necessário ao capital industrial.

Segundo Aguiar Junior e Vasconcellos (2017) o discurso ideológico que prega a erradicação do trabalho na atualidade é ineficaz e pobre, pois tenta trazer soluções simples para um fenômeno que está arraigado nos moldes de produção capitalista, fazendo assim com que a infância siga desprotegida envolta com as mazelas sociais, da exploração que a acomete e tendo, nessa perspectiva, sua saúde prejudicada. É necessário o reconhecimento das raízes do trabalho

infantil, de como o mesmo é alimentado e qual lógica o fundamenta, para que se possa pensar em soluções efetivas e permanentes.

Os autores trouxeram uma visão com relação ao poder do discurso e como o mesmo influencia a história sem modificá-la de modo contundente. Chegaram à conclusão de que todo o discurso ao redor do fenômeno trabalho infantil fora modificado, reiterado e alterado ao longo dos tempos, porém sem nunca chegar ao cerne da questão, expondo a necessidade de reformas nas bases trabalhistas de um sistema desigual e exploratório que se valeu e se vale do trabalho de milhões de crianças ao redor do mundo para sua expansão e globalização.

Araújo et al (2010) trazem em seu artigo uma abordagem sobre o trabalho infantil tratando-o do ponto de vista das famílias que, submetidas a fatores variantes e preocupantes precisam decidir entre destinar o tempo da criança entre a escola e o trabalho, dessa forma busca-se vislumbrar e compreender esses fatores variantes e como eles afetam diretamente essas famílias. Essa pesquisa de caráter qualitativo vale-se do modelo *Logit Multinomial* para a seleção dos dados com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2006.

Os autores traçaram, através de cálculos de probabilidade, softwares e criação de padrões para rotular a obtenção desses, um parâmetro de fatores que influenciam a decisão das famílias. Sendo assim o que obtiveram foi, uma pesquisa realizada com crianças entre 05 a 15 anos que foram divididas em dois grupos, uma parcela de 05 a 09 anos e outra de 10 a 15 anos. Nesse sentido os autores trouxeram dados como renda, local de moradia, região do país, sexo, raça, família completa e tamanho familiar.

Todos esses fatores foram levados em consideração e alicerçaram a análise dos dados que trouxeram resultados como, crianças de 05 a 12 anos de idade tiveram fatores como o sexo, a renda, o local de moradia e a região Sul do país, como determinantes nas escolhas de trabalhar, não trabalhar, trabalhar e estudar, só estudar e não trabalhar e não estudar. O que serve para ilustrar, por exemplo, que ser menina e da região Sul diminui a probabilidade de não estudar.

Já no grupo de crianças entre 10 e 15 anos observou-se o mesmo que o do grupo anterior, os fatores sexo, moradia e renda influenciaram decisivamente na alocação do tempo desses jovens, evidenciando também que em famílias onde foram identificadas um aumento da renda não havia a presença de trabalho infantil, o que fazia com que a variável só estudar fosse uma constante. Quando olhado o fator de moradia percebeu-se que meninas tinham mais chances de somente estudar do que os meninos, porém a localidade podia alterar esse quadro.

As análises trazidas pelos autores trazem controvérsias e paradoxos, porém isso é essencial para mostrar que o trabalho infantil é um problema complexo, nada homogêneo, que

tem suas variantes segundo classe, raça, sexo e etc. A cultura, a ideologia, a região do país, tudo isso influencia nas variantes a respeito da presença de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

O objetivo desse levante teórico foi o de trazer uma análise dos fatores que impulsionam crianças e adolescentes para o trabalho infantil, ansiando evidenciar que não é somente a pobreza um fator preponderante para a inserção desses jovens no mercado de trabalho, mas evidenciar que há todo um embasamento, também, ideológico, para além da economia, que direciona jovens a atividade laboral de modo a os educarem.

3.3 O ciclo da exploração: os fundamentos e a legitimação

Para a construção desse trabalho foram utilizados autores que abordam o tema trazido, a fim de solucionar a problemática que levou a confecção deste texto, que se resume em o trabalho infantil segue ganhando aceitação e legitimidade na contemporaneidade? A partir desse entendimento inicial é válido salientar que os autores selecionados trouxeram visões distintas, porém semelhantes, devido aos apontamentos levarem para um mesmo epicentro, a respeito da problemática, sendo assim esse trabalho buscará expor as visões e ideias dos autores, com o objetivo de abordar o fenômeno trabalho infantil por ângulos diversos, tentando ao máximo contemplar os fatores que alicerçam, endossam e alimentam o ciclo dessa problemática no cenário brasileiro.

Marchi (2013) traz um olhar sobre a forma como o trabalho infantil é tratado no âmbito acadêmico e faz um contraste com a realidade encontrada em seu campo prático e entendimentos de outros autores sobre o assunto. A autora entende que o trabalho infantil é um fenômeno heterogêneo e que para entendê-lo é necessário ir além das respostas formais e abordar o problema de diversas maneiras, para que o mesmo não entre numa linha dicotômica e simplista.

Lourenço (2014) afirma que pensar no trabalho precoce é pensar na reestruturação produtiva do capital que se desencadeou nos anos 1970 e desde então vem causando desempregos e uma maior exploração do trabalhador que vê suas opções diminuindo frente a retirada de direitos, omissão estatal e silenciamento sindical.

Lourenço (2014) afirma que é uma reação em cadeia, a precarização do mundo do trabalho leva a desempregos, precariedade e salários reduzidos, o que força as famílias mais pobres a alocarem as crianças e os adolescentes no mundo do trabalho a fim de complementar a renda. Nesse sentido, para as famílias, o trabalho não é só visto como um complemento de

renda, mas também como um método de aprendizagem e formação de virtude, para que em suas ociosidades essas crianças não recorram à marginalidade.

Em concordância, Antunes (2018) afirma que

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho.

Sendo assim, corroborando com os fatores já apresentados as autoras Lira e Peruzzo (2016) expõem como o trabalho infantil vem sendo utilizado por um capital em crise e um mundo do trabalho em reestruturação. Por mais que as autoras citadas abordem o fenômeno trabalho infantil pelo olhar da domesticidade, é válido salientar toda a linha de pensamento trazida pelas mesmas em seu artigo.

As autoras explicam como esse cenário de trabalho infantil que se desenrola no Brasil tem origem fora dele, as autoras trazem uma análise da relação entre economias imperialistas e economias periféricas a luz da Teoria Marxista da Dependência. (p.94) Elas afirmam que a existência de economias dependentes se dá pela exploração e controle por parte de países de economias centrais, traçando o entendimento de que tanto a origem quanto o desenvolvimento, ou a falta dele, nesses países está diretamente ligado aos países centrais.

Dessa forma a relação desses países se fundamenta na forma de produção diferenciada de cada um. Enquanto os países de economias centrais aumentam sua produtividade via ampliação da composição orgânica do capital, o que traz uma queda na taxa de lucro, os países dependentes exploram sua mão-de-obra já disponível de forma intensa e extensa, sem aumentar a composição orgânica de seu capital e, como resultado, produzem mais riquezas e adicionam mais valor a balança mundial. (LIRA; PERUZZO, 2016)

Sendo assim o que passa a ocorrer é o deslocamento do capital para as economias periféricas, porém o que deveria levar a uma queda da taxa de lucro, devido ao aumento de investimentos sobre a composição orgânica do capital, não ocorre aqui devido a superexploração do trabalhador. A superexploração da mão-de-obra nos países de economias dependentes leva a um aumento da produtividade e da mais valia sem que haja a queda da taxa de lucro esperada. (LIRA; PERUZZO; 2016)

Dessa forma países imperialistas, como donos do meio de produção, produzem suas riquezas nas periferias mundiais, composta por trabalhadores superexplorados, e as concentra

no centro. Assim a lógica de acumulação capitalista é mantida e ampliada enquanto países dependentes vão se tornando cada vez mais miseráveis. (LIRA; PERUZZO, 2016)

Os levantamentos feitos pelas autoras servem para salientar todo o caminho percorrido pelo capital para que no fim nasçam ou se agudizem as expressões da questão social, fundamentando a fala da Marchi (2013), que não existe somente um fator que alicerça a existência do trabalho infantil, que o mesmo não é algo simples, mas sim heterogêneo e complexo.

Em continuação ao apresentado as autoras, em sua linha de entendimento, nos levam a compreender que a superexploração em países de economias dependentes acaba sendo terreno propício para o trabalho infantil, levando assim com que o capital consuma também esse tipo de exploração. Assim a superexploração absorve de maneira mais rápida e contundente mulheres e crianças, justamente por serem uma mão-de-obra menos valorizada.

Lira e Peruzzo (p. 96) também apontam para a existência de um exército industrial de reserva, que exerce uma influência direta sobre o valor dos salários baseados num contingente de pessoas não absorvidas pelo capital. Dessa forma, quando o capital entra em crise têm-se o aumento desse exército que é aproveitado pelo capital em trabalhos informais e precarizados, assim manifesta-se a exploração dessas mulheres e crianças.

Em concordância com fatos apresentados pelas autoras, Iamamoto afirma que

[...] o capital internacionalizado [...] É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e da periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. (2010. p. 53)

Há um consenso quase que unânime entre os autores escolhidos que o trabalho infantil está arraigado no processo de produção capitalista e é agudizado, como uma expressão da questão social, em tempos de crise. Sendo assim princípios diretos como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a precarização, o subemprego, a informalidade e o desemprego tem sido fatores diretos de influência a respeito do trabalho de crianças e adolescentes, uma vez que a necessidade material precisa ser suprida em suas casas, apesar de não ser a única razão para a permanência do fenômeno, é um dos principais aspectos notados.

Segundo Lourenço (2014) houve uma queda considerável nos índices de trabalho infantil no Brasil, porém apesar dessa queda começou a ocorrer vagariedade no declínio dos números, a esse fator a autora atribui a cultura de aceitação do trabalho precoce, as intervenções

judiciais em favor do trabalho de crianças e adolescentes, a deficiência dos programas de proteção e a seletividade dos mesmos.

Apesar do suprimento de necessidades materiais ser um dos maiores e mais incisivos fatores para a absorção de um contingente infantil ao mercado de trabalho, Marchi (2013) aponta que existem outros fatores que, aliados a miséria, reforçam a constante permanência do trabalho infantil

Assim, estudos agregam ao macrofator pobreza também a estrutura do mercado de trabalho que incorpora este contingente de mão de obra barata; as deficiências da educação escolar; as restrições impostas pela tradição (sistema de valores marcado pela chamada “ética do trabalho”, que associa seu valor educativo à formação de crianças e adolescentes); e o desejo de autonomia dos jovens. (MARCHI, 2013, p. 254)

Sendo assim existem outras variantes importantes ao se analisar o trabalho infantil, variantes que expõem o peso do entendimento de uma cultura sobre determinado assunto, expondo assim as representações sociais que a população carrega sobre o trabalho de crianças e adolescentes.

Baseado nisso, há o entendimento por parte de Conde (2017) que um dos fatores que alicerçam a permanência do trabalho infantil é a educação limitada, que acontece com bastante frequência devido ao raciocínio liberal de que a criança pobre precisa receber de instrução o mínimo para saber ler, escrever e contar, tudo para que ela seja capaz de ser útil ao mercado. Uma educação emancipatória traria sobre esse futuro adulto uma grande dificuldade de exercer seu cargo profissional sem questionamentos e incômodos intelectuais.

O entendimento de que uma educação emancipatória não permitiria que o trabalhador suportasse seu trabalho só nos faz compreender o argumento de que o trabalho, inserido num contexto de capital fetiche, tem uma função alienante. Isso significa dizer que o filho do pobre tem de aprender o mínimo para não se rebelar frente a tentativa de alienação produzida por seu próprio trabalho, como afirma Iamamoto (2010) que “na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam.” (p. 48)

Dessa forma pode-se contemplar como uma educação limitada tem um papel fundamental na alienação dessa criança e desse adolescente a fim de que no futuro se tornem adultos passivos a um sistema explorador, criando assim uma próxima geração que reproduza essa ideologia de pensamento, o que alimenta o ciclo desse fenômeno, ao mesmo tempo que expande o mercado para o capital.

Ante a todos os fatos relatados é válido expressar que o trabalho infantil também se baseia na ideia de ensino. Segundo Marchi (2013), o que ocorreu a partir do século XV foi a separação do mundo das crianças do mundo adulto, fundamentado por um novo entendimento do que vinha a ser infância, o trabalho que antes vinha como um educador desse público infantojuvenil, passa a ser um impedimento a essa mesma educação.

Diante dessa nova realidade trazida pela modernidade, Marchi (2013) afirma que a educação desse público infantil passou a ser dividida entre a casa e a escola, porém, em contraponto, Aguiar Junior e Vasconcellos (2017) argumenta que apesar da criação de leis, ora de regulação, ora de impedimento, a presença de crianças e adolescentes nunca deixou de ser sentida nas fábricas nesse período. Dessa forma, mesmo com essa separação apresentada por Marchi (2013), o trabalho infantil teve um papel fundamental na expansão e consolidação do capitalismo em seus primórdios.

A função disciplinadora do trabalho, como elucida Lourenço (2014, p. 302),

[...] assim circunscrita, aponta para a precariedade material da família e, portanto, a necessidade do trabalho dos filhos, mesmo quando crianças. O ideal passa a ser o aprendizado de uma profissão, mesmo que esta seja precária, insegura e que represente riscos à saúde da pessoa em desenvolvimento.

O trabalho como um instrutor é histórico, o trabalho infantil veio antes da escola, era uma forma de viver e passar para os filhos princípios e valores, porém diferente da época em que não existia outra forma de educação, na modernidade o trabalho infantil ganha uma carga maior e mais extensa e a escola, que passa a ser primordial a criança e ao adolescente, é colocada em segundo plano, não porque somente os pais querem passar princípios aos filhos, mas porque existe a necessidade de um suprimento material familiar.

Lourenço (2014, p. 303) afirma o seguinte

Dissemina-se o discurso moralizador, que impõe a disciplina do trabalho como central para a constituição de uma pessoa de bem, necessário à ordem social. O trabalho aparece mesclado pelo potencial de mantenedor financeiro e de transformador do caráter dos filhos do pobre. Tendo em vista que a classe trabalhadora não conta com recursos disponíveis para arcar com gastos de formação dos filhos, sobretudo, para o acesso aos cursos e a formação educacional e cultural mais ampla.

Sendo assim, o período que o jovem pobre está fora da escola é visto como uma ociosidade perigosa, uma ociosidade que leva a marginalidade e a violência. A partir desse entendimento é que o discurso de instrução pelo trabalho ganha força nas classes menos

abastadas, que não acreditam que o jovem pobre, em seu tempo livre, precise de cursos que os leve a uma emancipação cultural e política, mas sim de um trabalho que o mantenha domesticado. (LOURENÇO, 2014, p. 302)

De forma enriquecedora ao debate, Marchi (2013) apresenta a discrepância que existe entre os conceitos dominantes de famílias e a realidade das famílias pobres, para a autora essas famílias menos abastadas tem sua lógica de vivência própria, em sua maioria foram educados pelo labor e com isso carregam em si o desejo de educar seus filhos com princípios que os tornem funcionais, responsáveis e honestos. Por isso Lourenço (2014) afirma que é um erro creditar a essas famílias toda a responsabilidade pela existência e permanência do trabalho precoce de crianças e adolescentes.

Existe uma lógica própria das famílias pobres justificando uma socialização e educação diferenciadas do modelo dominante [...] “infância” e “criança” têm, para estas famílias, sentidos diversos dos colocados para as classes favorecidas, de modo que, para aquelas, as práticas que envolvem os cuidados com as crianças estão orientadas para a adequação entre estes valores e as condições objetivas de vida. (MARCHI, 2013, p. 256)

O que se segue a partir disso é um ciclo que se retroalimenta, onde a existência do trabalho infantil se fundamenta pelo entendimento de instrução e a crise cíclica do capital, ao mesmo tempo que, como consequência, gera a evasão escolar e a ideologia da educação pelo labor, que por sua vez se justifica pela situação material em que se encontram essas famílias, ou seja, os fatores se interligam e se fundamentam, gerando assim uma lógica viciosa e infundável que legitima a necessidade do trabalho precoce de crianças e adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e a história do trabalho infantil no Brasil retratam como esse problema veio com os colonizadores que tratavam crianças como adultos pequenos, capazes de exercer funções pesadas e trabalhar longas jornadas, daí o entendimento de que essa mão de obra também podia ser utilizada e com menores remunerações. Ao desenrolar da história temos o trabalho infantil escravo, naquele em que meninos negros eram dados como brinquedos a crianças brancas, meninas negras já aprendiam funções do lar e aos 12 anos eram mandados aos campos para trabalhar junto aos adultos.

Filhos de pobres sempre tiveram a necessidade de trabalhar no Brasil, enquanto crianças mais abastadas recebiam instruções melhores e cursos no exterior, esse cenário foi desenhando uma nação que direcionava crianças e adolescentes pobres às forças de produção. A partir disso a questão social começou a ser expressa na nação de forma contundente e entre elas o trabalho precoce de crianças e adolescentes se manifesta.

Apesar do Brasil ter se comprometido com órgãos internacionais a erradicar o trabalho infantil no país e ter tido grandes progressos nessa área, com o avançar dos anos os números de redução deixaram de declinar no mesmo fluxo que antes se seguia e, ainda, com as pesquisas sobre esse tema crescendo pode-se observar a facilidade de invisibilidade do trabalho infantil no território brasileiro, seja por não reconhecerem certas atividades como trabalho, ou pela execução das mesmas serem realizadas em espaços privados.

As mudanças que se seguiram no país agudizaram esse cenário que com a entrada do neoliberalismo inaugurou uma nova era de exploração, onde o trabalho ficou escasso e precário, enquanto o estado foi se reduzindo de formas significativas. Nesse contexto o trabalho infantil se mostra de forma cada vez mais nítida e palpável, enquanto os mecanismos de combate sofrem com desmontes e sucateamentos, fazendo com que, assim, famílias encontrem no trabalho infantil uma forma de sanar suas necessidades materiais básicas.

Através da análise dos materiais levantados para fundamentar essa pesquisa fatores econômicos e ideológicos foram apontados como aqueles que, principalmente, alicerçam o trabalho infantil no Brasil ainda hoje. A necessidade de sobrevivência e o entendimento de instrução pelo trabalho trazem a inserção da mão-de-obra infantil ao mercado de trabalho, um valor fundamental numa sociedade capitalista agressiva, como a brasileira tem se tornado.

É necessário o entendimento de que existem diversos fatores que fundamentam esse fenômeno no Brasil, mas os mesmos podem reunir-se de maneira contundente nessas duas categorias apresentadas, gerando assim um ciclo de exploração que acomete essas crianças e

adolescentes que veem no trabalho uma forma de transpassar suas realidades e conquistarem algo mais significativo, uma vida melhor.

É importante também ressaltar que as famílias mais humildes enxergam no trabalho uma forma de sobrevivência, por isso não esperam pela ação do Estado, sabendo que seus programas de proteção não alcançam todas as famílias, são extremamente seletivos e, devido a constantes ofensivas neoliberais, são inconstantes em suas ações, fazendo assim com que o trabalho infantil se torne comum, aceito, legitimado e necessário as mesmas.

Por fim, consideramos que o objetivo geral desta pesquisa foi atingido a partir das descobertas dos fatores que alimentam e fundamentam o trabalho precoce de crianças e adolescentes que tem crescido na contemporaneidade devido a reconfigurações do mundo trabalho e ideologias moralizantes e disciplinadoras. Dessa forma se considera de fundamental importância a insistência no debate do fenômeno para elucidar a sociedade a respeito dos malefícios do trabalho precoce, a importância da educação e necessidade de projetos e programas efetivos atuantes e funcionais na vida de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. Infância, trabalho e saúde: reflexões sobre o discurso oficial de proibição do trabalho infantil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. , p. 25-38, jun. 2017. S.I..

ALCANTARA, Gisele Oliveira de; LEITE, Janete Luzia. AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRO. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Artigo**. São Luís: S.I., 2011. p. 1-10.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: **Cortez**, 2003. P. 29-37.

ANTUNES, Ricardo **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo : **Boitempo**, 2018. (Mundo do trabalho) recurso digital

ARAÚJO, Aracy Alves *et al.* O trabalho infantil no Brasil: análise dos principais determinantes. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 2, n. 31, p. 373-394, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2374>. Acesso em: 07 maio 2021.

AZEVEDO, Gislaine; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras On Line**, Dourados, v. 5, n. 13, p. 19-33, jan. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. IBGE. Ministério da Economia. **Trabalho infantil cai em 2019, mas 1,8 milhão de crianças estavam nessa situação**. 2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao.html>. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Oit. **Trabalho Infantil**. S.I.. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 06 maio 2021. Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do trabalho, Brasília,DF, Out.

CONDE, S. F. A persistência do trabalho infantil no Brasil e em Portugal e a questão da educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 168-193, maio./ago 2017.

FILGUEIRAS, Luiz . O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Eduardo M. Basualdo; Enrique Arceo. (Org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes** - tendencias globales y experiencias nacionales. 1a ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179206.

GIOVANAZ, Daniel. Governo retira MPT, OIT e sociedade civil de comissão contra trabalho infantil. **Brasil de Fato**. São Paulo, p. 1-1. 19 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/19/governo-retira-mpt-oit-e-sociedade-civil-de-comissao-contra-trabalho-infantil>. Acesso em: 06 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.**/ Marilsa Villela Iamamoto. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Mário Sérgio. Inflação e pandemia podem empurrar o Brasil de volta ao Mapa da Fome. **CNN: Brasil**. S.I., p. 1-1. 1 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em: 06 maio 2021.

LOPES, JRB. **Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 65p. ISBN: 978-85-99662-75-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. /, n. 118, p. 294-317, abr. 2014. Bimestral. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200005&lng=pt&nrm=is&tlng=pt. Acesso em: 06 mai.2021.

MARCHI, Rita de Cassia. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em blumenau/sc. **Educar em Revista**, Curitiba, v. , n. 47, p. 249-265, jan/mar. 2013.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Educação Pública**, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-dacrianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>

MELLO, Daniel. Aumenta incidência de trabalho infantil em São Paulo durante pandemia. **Agência Brasil**. São Paulo, p. 1-1. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-08/aumenta-incidencia-de-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao>. Acesso em: 06 maio 2021.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil. Da era Vargas ao governo FHC**. 2002. 365 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Imagens da infância no Brasil escravocrata. **Perspectiva**, v. 9, n. 16, p. 133-169, 1991.

PAGANINI, J. . O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento.. **Revista Amicus Curiae** , v. 05, p. 1-11, 2008.

PARANÁ. Leyberson Pedrosa. Ministério Público. **ECA: linha do tempo sobre os direitos das crianças e adolescentes**. linha do tempo sobre os direitos das crianças e adolescentes. 2015. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PEDROSO, Marcia Naiar Cerdote. **O trabalho e suas transformações: uma análise sobre o Brasil no final do século 20.** / Marcia Naiar Cerdote Pedroso. – Ijuí, 2013. – 158 f. ; 29 cm. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Desenvolvimento.

RIBEIRO, Bruna. **Rede Peteca lança campanha contra trabalho infantil doméstico**. 2020. Disponível em: <https://livedetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/rede-peteca-lanca-campanha-contra-trabalho-infantil-domestico/>. Acesso em: 06 maio 2021.

SAKAMOTO, Leonardo (Org.). **Brasil livre de trabalho infantil: contribuições para o debate sobre a eliminação das piores formas de trabalho de crianças e adolescentes**. _____ (Coord.). **Repórter Brasil**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/BRASILLIVREDETRABALHOINFANTIL_WEB.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

SOCIAL, Secretaria Especial do Desenvolvimento. **PETI**. 2015. Elaborado por Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti/peti>. Acesso em: 06 maio 2021.

LIRA, Terçália Suassuna; PERUZZO, Juliane. **O trabalho infantil doméstico nas economias periféricas dependentes: particularidades no Brasil**. **Argumentum**, vol. 8, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 91-104 Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 12 jul. 2014. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>.